Visão global do futuro

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Com a produção organizada em grande escala e a custos decrescentes, o sistema alimentar da proteína animal muda de perfil. Em 1997, a partir de dados do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos, a produção mundial de carnes foi estimada em 176 milhões de toneladas – 64% de suínos, 23% de aves e 13% de bovinos. Mas na próxima década a composição da oferta não será mais a mesma.

O progresso na genética animal, bem como nas técnicas de manejo, nutrição e sanidade expandiram as fronteiras tecnológicas e econômicas das criações. Mas as novidades aparecem em outras partes do agribusiness da carne. Correndo paralelos, o processamento e o empacotamento, junto com a disseminação da refrigeração e o uso de diferentes formas de transporte na cadeia de frios, mais a informatização, promoveram rearranjo substancial na cadeia produtiva. Ótimo para o consumidor, já que o resultado são

Mundo: consumo *per capita* de carnes

Países	*Bovina*		*Suína*		*Avícola*		*Total*	
	1995	*1996*	*1995*	*1996*	*1995*	*1996*	*1995*	*1996*
A. do Norte								
Canadá	34,2	35,0	34,6	33,4	31,7	31,7	100,5	100,1
México	20,3	19,0	10,7	9,9	13,6	14,4	44,6	43,3
EUA	44,7	45,3	30,9	31,3	46,1	48,5	121,7	125,1
A.do Sul								
Argentina	61,7	605,0	2,0	2,5	21,9	21,9	85,6	84,9
Brasil	30,0	29,8	8,2	8,6	21,4	24,7	59,6	63,1
UE								
França	26,6	26,6	36,1	36,0	22,7	22,6	85,4	85,2
Alemanha	16,6	16,6	46,4	45,6	13,2	13,2	76,2	75,4
Itália	25,7	25,7	32,8	32,8	18,8	18,3	77,3	76,8
Espanha	13,2	13,2	52,4	52,2	24,5	24,6	90,1	90,0
Inglaterra	16,8	16,8	22,4	22,6	24,0	24,0	63,2	63,4
FSU								
Fed. Russa	21,2	19,5	14,7	13,7	11,8	11,6	47,7	44,8
Ásia								
China	3,6	4,0	30,1	31,3	6,3	7,1	40,0	42,4
Japão	12,0	12,1	16,9	16,8	14,4	14,4	43,3	43,3
Oceania								
Austrália	36,0	37,7	18,1	18,2	25,7	26,7	79,8	82,6

Fonte: USDA.

Obs.: kg/pessoa/ano. Quilos em equivalente carcaça com osso.

Tendências do consumo

Continente em 2007	*% da população mundial*	*Aumento no consumo*
Ásia	2/3	Cresce de 60 para 90 milhões de t (60% do aumento total) 6,5 milhões de t
América Latina	8%	(13% do aumento do consumo mundial)

Mercado internacional em 2007

Região ou país	
EUA	Atualmente, o primeiro em bovinos é a Austrália e em suínos é a União Européia.
China	Terá um crescimento nas importações líquidas de 50% e exportará principalmente para o Japão.
União Européia	Redução nos subsídios acordado na Organização Internacional do Comércio arrefecerá a sua competição. Implementará política mais competitiva na ração animal para fortalecer sua posição na produção e exportação.
Brasil	Passa a ser membro do clube de grandes exportadores de suínos, a exemplo do que ocorre atualmente com frangos. As exportações de carnes crescerão à medida que a comunidade internacional reconheça o país como livre da peste suína e da febre aftosa.

preços competitivos e crescimento do portfólio de produtos disponíveis, em termos de cortes, marcas e valores agregados.

Existem pelo menos quatro componentes estratégicos a considerar no mercado mundial de carne: crescimento econômico, perfil demográfico, preço do produto e comportamento do consumidor.

Estudos da Promar International, da Inglaterra, indicam que em 2007 a produção mundial de carnes terá um incremento de 50 milhões de toneladas e baterá os 227 milhões de toneladas. Nessa projeção, mais da metade do crescimento do setor virá da área de aves. Em relação à expansão da população mundial, ainda que em pequena dose, a produção de bovinos será menor e a de suínos maior.

Um toque de marketing *na proteína animal*

Os agentes que atuam no sistema alimentar das carnes avícola, bovina e suinícola tentam captar e até prever as tendências dos consumidores, oferecendo novidades em termos de sabor, formas e textura, naquele esforço incessante de estreitar a sintonia entre as linhas de produção e os segmentos de mercado.

No passado, a matéria-prima, qualquer que fosse a natureza e o tipo de criação, era heterogênea e o ciclo de produção levava muito tempo. A matéria-prima era abatida em plantas tecnicamente rústicas, os abatedouros, onde se transformavam em produtos básicos de consumo. O aproveitamento de subprodutos era baixo e grande volume de dejetos ficava inaproveitado.

Nos países ocidentais – EUA e Europa – predominava o consumo de carne bovina, cuja influência se estendia à América Latina. O frango, quando aparecia nas mesas, vinha inteiro. Já o suíno carregava uma grande dose de preconceito.

Os anos 70 deram nova roupagem à proteína animal, com o desenvolvimento da avicultura industrial, que logo foi incorporada pela suinocultura. A criatividade para desenvolver novos produtos e o número maior de refeições fora de casa harmonizavam-se com a expectativa e aceitação crescente dos consumidores. Em contrapartida, a sofisticação nos cortes de carnes e nos itens defumados, cozidos e embutidos exigia que as indústrias tivessem espaços e equipamentos adequados

Tudo andou depressa posteriormente. Novos processadores implantaram modernas tecnologias e capacitaram a mão-de-obra na produção de cortes anatômicos. O conceito de qualidade chegava ao campo da produtividade. Os matadouros de antes deram lugar aos frigoríficos, arquitetados segundo o estado da arte da engenharia, com processos flexíveis e ágeis, que cada vez mais conseguem atender a diferentes segmentos de mercado, com produtos sob elevado padrão de qualidade e higiene.

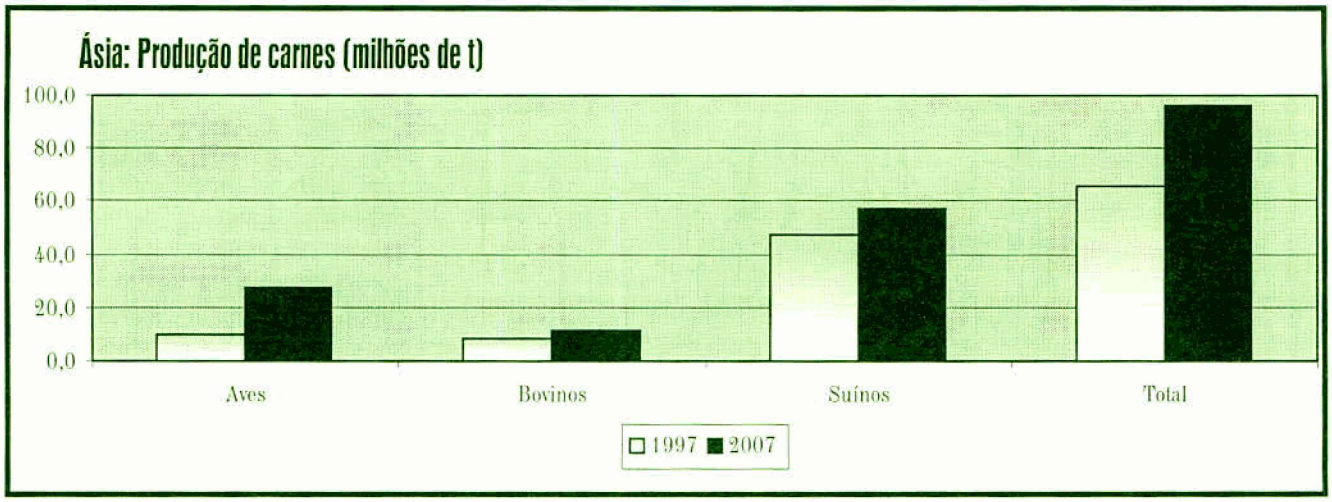
Na década de 90, as indústrias de carnes incorporam os conceitos da gestão competitiva, ligada a inovação, qualidade, custo, competitividade etc. Da mesma forma, aprendem a ouvir os consumidores e captar suas expectativas. As pesquisas de mercado se tornam instrumento valioso para trazer informações surpreendentes e orientar ações do lado da oferta.

Os cortes com osso congelados cedem lugar aos produtos desossados e elaborados. Produtos *in natura* são apresentados temperados, empanados e reconstituídos, agregando novidade, conveniência, sabor e textura às carnes. Externamente, o tradicional saquinho de polietileno é substituído por materiais mais nobres que estabelecem novo conceito de produto.

As embalagens são projetadas e estruturadas para combinar funcionalidade (bandejas tamanho refeição para microondas, porções, peças avulsas congeladas etc.) e apresentação (facilidades de exposição e artes sofisticadas), com o intento de conseguir com os consumidores uma comunicação mais eficaz.

A exigência do consumidor faz com que as organizações busquem nas áreas de *marketing* e pesquisa e desenvolvimento as respostas para as expectativas e predisposição para pagar pela conveniência. O varejo é abastecido por empanados com diferentes *crocâncias*, espetinhos de carne e mistos com legumes e vegetais, pratos prontos com carnes e diferentes molhos. Nomes da culinária francesa misturam-se aos filés de peito e de coxas; linha *gourmet* de peitos e pernas sem osso com recheios diversos; produtos aos públicos jovens e infantis; *roll* de carnes e por aí vai.

O mercado continua em expansão, sobretudo em qualidade, sempre tentando preencher exigências e expectativas não atendidas. Neste final de século a onda será incorporar nos produtos de carnes o conceito de que esses produtos proporcionam uma solução e não apenas atendem a uma necessidade. A elaboração e sofisticação dos produtos não serão o chamariz e a argumentação básica para as suas vendas. É preciso mais.



O grande peso da participação do consumo de carnes será determinado pela Ásia, ante a sua representatividade no aumento da população total e a baixa taxa de consumo *per capita*. Na próxima década o mundo crescerá em 770 milhões de habitantes, 52% no continente asiático, 26% na África e 22% nas demais regiões. Na Ásia, do consumo de carnes, o de aves vai de 23% para 28%, o de suínos de 64% para 60% e o de bovinos de 13% para 11,5%.

Os hábitos de consumo tendem a ficar cada vez mais sensíveis às questões ligadas à necessidade da conveniência e às preocupações com doenças infecciosas, assim como ao conhecimento aprofundado do bem-estar dos animais e aos aspectos ambientais da cadeia produtiva das carnes.

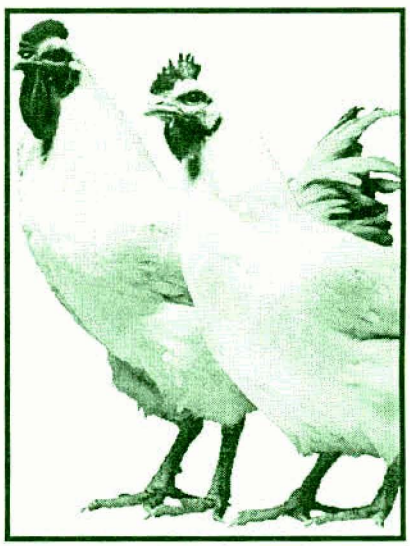
Embora continue sendo uma percentagem muito pequena de toda a produção mundial, a pesquisa sugere que o mercado internacional de carne seguirá sua trajetória de crescimento na próxima década.

A interação de um conjunto de fatores influenciará o desenho a ser traçado nos complexos do setor, que vão desde o aprimoramento na área de produção e criação, reduções em barreiras tarifárias, aumento das restrições ambientais, até à firme expansão dos mercados internacionais para nutrição, veterinária, genética animal, carnes e seus derivados.

Enfim, as empresas que atuam na cadeia de carnes precisarão buscar uma dimensão abrangente para os seus negócios, ante a força das oportunidades e os desafios da globalização. Até mesmo as firmas que atuam circunscritas a um local ou região terão de buscar inteligência global, através de maior receita com exportações ou menor custo proporcionado por fornecedores internacionais.

Frango desafia os próprios recordes

Para perplexidade de muitos agentes que atuam na cadeia avícola, o setor desafia a si mesmo, na escalada sucessiva com que bate seus próprios recordes de produção. Embora continue a rondar o fantasma de que o *boom* do negócio está chegando ao limite, as avícolas mantêm a atenção presa na concorrência.



O crescimento da produção nacional aliado à redução do ritmo das exportações no segundo semestre gerou excedentes de aves no mercado brasileiro, comprometendo a rentabilidade dos criadores e agroindústrias. Símbolo do Plano Real, o frango inteiro teve uma desvalorização no varejo de 3,5% em relação a 1996. Nesse mesmo período, em sentido contrário, a cesta básica subiu 2,5% segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese).

Os abatedouros de pequeno e médio porte saíram chamuscados com o longo período de baixa nos preços. Muitas unidades fecharam as portas ou diminuíram o ritmo de atividade. Até mes-

Números do frango de corte no Brasil

Ano	Produção (cabeças)	Produção t	Mercado interno t	Exportação t	Consumo per capita
1988	1.307.373.488	1.974.197	1.710.594	236.603	11,8
1989	1.378.981.034	2.055.295	1.811.396	243.899	12,4
1990	1.603.214.004	2.267.358	1.968.069	299.289	13,4
1991	1.781.657.439	2.521.911	2.200.211	321.700	15
1992	1.930.385.701	2.727.267	2.350.567	376.425	16
1993	1.981.746.052	3.142.998	2.709.500	433.498	17
1994	2.151.934.323	3.411.026	2.929.997	481.029	19,1
1995	2.539.700.141	4.050.449	3.616.705	433.744	23,2
1996	2.578.832.467	4.051.561	3.482.767	568.794	22,1
1997	2.829.596.987	4.460.925	3.811.569	649.356	23,8

Fonte: Anab.

Cenários da Apinco para 1998

Indicadores	Cenário I Cresce 5%	Cenário II Estável	Cenário III Cai 1,2%	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI
1. Produção de carne	4.685	4.460	4.500	4.509	4.620	4.700
2. Pintos de corte	2.917	2.863	2.800	2.818	2.900	2.926
3. Exportação	650	650	600	650	650	650
4. Oferta interna	4.035	3.950	3.900	3.859	3.970	4.050
5. Consumo *per capita*	24,9	24,4	24,1	Estável em 23,8	Cresce 3% 24,5	Cresce 5% 25

Obs.: 1., 3. e 4.: em mil t; 2.: em bilhões de cabeças; 5.: quilos por ano.

Cenários possíveis:

a) cenário I: de alto risco, pois a oferta supera a demanda e os preços caem;
b) cenário II: o ideal ante o forte incremento na oferta em 1997;
c) cenário III: leucoce afeta a produtividade das aves em produção, reduz a produção de matrizes e cai a oferta de pintos;
d) cenários IV, V e VI: estabilidade na exportação com variação na expansão do consumo interno;
e) cenário VII: aumento no consumo *per capita* é muito otimista em face das expectativas da economia.
f) Os cenários mais prováveis seriam o segundo e o quarto.

mo as grandes empresas, que vinham de um fraco resultado econômico em 1996, encetaram mudanças. Os dois maiores processadores, a Sadia e a Perdigão, dentro de seus programas de reestruturação, desativaram as plantas menos produtivas, transferindo as atividades para aquelas mais bem localizadas e equipadas. A Sadia vende a unidade localizada em Américo Brasiliense, no Paraná, enquanto a Perdigão deixa de operar a unidade de Mococa.

A competição acirrada na oferta e a estabilidade no mercado consumidor provocam alterações importantes também na organização do setor. Pelos números da Associação Paulista de Avicultura (APA), a partir de 1992, a participação das granjas independentes caiu de 40% para 25% no estado de São Paulo, que vai substituindo o modelo de produção independente pelo sistema de integração. Paralelamente, a produção se concentra nos estados do Sul.

Contra a previsão inicial de crescimento de 5%, o número apurado no exercício surpreendeu, pois chegou a 9,83%, segundo a Associação Nacional dos Abatedouros (Abab). Pelos dados de

Batalha do frango

Até chegar a uma conclusão definitiva, os processos internacionais gastam longo tempo, passam por diferentes lugares e estão sujeitos a grandes influências; governo e a iniciativa privada do agribusiness terão de aumentar o grau de articulação. A cada dia, o controle nacional diminui e o internacional cresce no mundo dos negócios.

Os acordos da OMC definem as regras em níveis de produção, subsídios, exportação e adotam padrões sanitários da Organização Internacional de Epizootias e do Codex. Para um produto como frango, em que o Brasil goza de grande competitividade, mesmo com os subsídios praticados pelos EUA e pela UE, toda atenção é mais do que justificável.

A cota de compensação sobre o frango congelado resultou da disputa das oleaginosas que começou em meados dos anos oitenta e encerraram em 1993. O Brasil defende o direito de exportar para o mercado comunitário, livre de impostos, 15,5 mil toneladas de cortes de frango e 2,5 mil toneladas de cortes de peru. A alegação é de que isso fazia parte de uma acordo bilateral acertado com os EUA, em 1993, como compensação dos subsídios à produção de oleaginosas da UE.

O acordo, porém, não especifica a forma de administração da cota tarifária, nem que ela é destinada exclusivamente ao Brasil: por se tratar de caráter compensatório, entende-se que a cota lhe cabe integralmente. A Associação Brasileira do Exportadores de Frango (Abef) estima um prejuízo de US$100 milhões desde 1994 para os exportadores nacionais.

As negociações sobre o frango brasileiro já percorreram Genebra, Bruxelas, Washington, Paris, Roma e outros lugares. Ninguém assevera com certeza que terminarão em 1998. Um longo período, portanto.

A UE rateia o contigente de cortes de frango com 7,1 mil toneladas para o Brasil, 5,1 mil para a Tailândia e 3,3, mil para outros países. Nos cortes de peru, o Brasil fica com 1,8 mil toneladas e os outros países com 700.

A administração da cota corre por conta dos importadores, ao contrário do que acontece na cota Hilton. A UE fixa cotas para empresas de países que não são importadores tradicionais de carne de frango do Brasil e que negociam licenças de importação com empresas de outros países da comunidade.

Recentemente, o Comitê de Arbitragem da Organização Mundial de Comércio (OMC) decidiu recomendar os 15 países da UE a modificarem o cálculo do preço de referência, pelo qual aplicam a cláusula de salvaguarda (proteção de seu mercado) conforme o Acordo da Agricultura da OMC, contra o frango brasileiro. A UE utiliza incorretamente um preço de importação de aduana e prejudica a entrada do produto brasileiro no mercado. Pelo menos por ora, o Brasil lavrou um tento a seu favor.

Brasil: Evolução do alojamento – cabeças

Ano	Matrizes de corte	Pintos de corte
1988	12.423.490	1.369.903.413
1989	13.843.154	1.475.239.648
1990	15.794.681	1.621.194.435
1991	17.011.970	1.819.823.604
1992	17.276.364	1.974.640.703
1993	18.718.979	2.112.920.140
1994	20.817.702	2.323.191.148
1995	22.068.612	2.537.191.148
1996	22.800.000	2.593.095.682
1997	22.800.000	2.860.000.000

Fonte: Apinco.

Brasil: Exportação de frango, 1997

Destino	Inteiro	Cortes	Total
Mercosul	40.838.528	5.056.221	45.894.749
Europa	8.529.288	62.040.733	70.570.021
Oriente Médio	252.355.168	13.829.984	266.185.152
África	8.762.055	5.328.144	14.090.199
Ásia	17.084.608	169.734.904	186.819.512
Rússia	33.336.776	297.453	33.634.229
Outros	12.865.111	19.297.643	32.162.754
Total	373.771.534	275.585.082	649.356.616

Fonte:Secex/Abef – quilos.

Obs.: cerca de 26 empresas nacionais têm negócios com exportação.

Brasil: Exportação de frango, 1997

Empresas	Inteiro	Cortes	Total	Participação %
Sadia	117.476.905	49.632.268	167.109.173	25,73
Perdigão	87.606.122	76.320.621	163.926.743	25,24
Ceval	49.004.401	83.111.471	132.115.872	20,35
Frangosul	61.464.865	15.202.685	76.667.550	11,81
Chapecó	21.062.104	8.974.634	30.036.738	4,63
Minuano	12.552.434	7.077.542	19.629.976	3,02
Avipal	8.104.270	1.820.085	9.924.355	1,53
Dagranja	2.663.270	6.623.305	9.286.575	1,43
Aurora	1.847.765	6.130.864	7.978.629	1,23
Predileto	375.338	5.002.968	5.378.306	0,83
Copacol		4.250.910	4.250.910	0,62
Batavo	933.706	2.205.838	3.139.544	0,48
Osato		2.737.459	2.737.459	0,42
Outros	10.680.354	6.494.432	17.174.786	2,64
Total	373.771.534	275.585.082	649.356.616	100,00

Fonte: Abef.

1996, as vendas de frango inteiro corresponderam a 58% enquanto as do produto em partes representaram 48%. A tendência é de crescimento na participação das vendas de partes de frango. Além de ganhar espaço na preferência do consumidor, o produto atende às estratégias mercadológicas dos abatedouros, de agregação de valor e conquista de margens maiores.

Na verdade, para perplexidade de muitos agentes que atuam na cadeia avícola, o setor desafia a si mesmo, na escalada sucessiva com que bate seus próprios recordes de produção. Embora continue a rondar o fantasma de que o *boom* do negócio está chegando ao limite, as avícolas mantêm a atenção presa na concorrência. Todos continuam a investir para não comprometer seu *market-share*, segundo a máxima de que empresa sem crescimento desaparece.

Por sua vez, a automação das operações de abate e processamento de aves caminha em constante evolução. Importantes avanços ocorrem no que concerne ao *design* e funcionalidade dos diversos meios de processamento primário (apanha, atordoamento, escaldagem, evisceração, transferência de carcaça e resfriamento) e pós-processamento (separação de ossos, cartilagens e membranas). As novas tecnologias trazem redução de custo e maior eficiência ao processo geral. Os projetos seguem as regras de sanidade que ajudam a reduzir a disseminação de contaminadores nas carcaças e nos equipamentos.

Nessa marcha, investimentos aportam no setor. No ano passado, a avicultura ganhou pelo menos 12 novas empresas. A Frangosul adquiriu o abatedouro Piratini, no Mato Grosso do Sul, para produzir 15% a mais. Quatro novos abatedouros surgiram em Pernambuco. A Avipal anuncia investimentos de US$130 milhões na construção do complexo avícola de Feira de Santana, para abater 240 mil aves por dia até 2002. A Perdigão prevê para os próximos anos uma produção diária de 3.500 suínos e 280 mil aves, correspondendo a um aumento de 50% na sua capacidade instalada. A Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Piquiri (Cooperavale) investiu R$65 milhões no primeiro complexo avícola climatizado, com capacidade de produção e abate de 150 mil frangos por

Frango: comparação

		Brasil	Holanda	China	EUA	Tailândia	França
Índices zootécnicos	Conversão	2,0	1,9	2,3	2,0	2,1	2,1
	Idade (dias)	41,9	42,0	56,0	42,0	45,0	43,0
	Peso limpo (kg)	1,4	1,4	2,0	1,5	1,4	1,4
	Eficiência	227,0	232,0	201,0	230,0	211,0	225,0
	Pintinnho	100,0	170,4	106,5	98,8	104,3	152,3
Custo	Ração	100,0	153,9	119,5	102,5	143,5	159,1
	Abatedouro	100,0	188,7	118,3	112,8	136,8	179,4
	Total	100,0	191,2	109,0	109,0	124,7	185,7

dia. Pesos pesados do mercado mundial estão vindo, como o Grupo Bunge que adquiriu a Ceval, e outros poderão vir (Tyson, Doux etc.).

Ainda nessa linha, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou uma linha especial de financiamento, de R$160 milhões, destinada a investimentos voltados à recuperação da avicultura gaúcha. O programa denominado Recuperação da Competitividade da Indústria Avícola do Rio Grande do Sul (Reaver) vai beneficiar as empresas Avipal, Frangosul, Minuano, Cotrel, Languiru, Pena Branca, Agrogem e Alisul.

Na área de exportação, há o máximo empenho para atingir mercados novos, como a Rússia, Irã, Iraque, Índia, Malásia, Indonésia e Coréia do Sul. Para este ano, as projeções iniciais estão cautelosas e indicam estabilidade nas vendas externas. Em 1997, os embarques somaram 649,4 mil toneladas e movimentaram US$875,8 milhões. O Brasil é o segundo no *ranking* exportador, atrás dos EUA (2,15 milhões de toneladas) e na frente da China (650 mil) e França (500 mil).

A crise das bolsas asiáticas e a crescente desvalorização das moedas provocaram desaquecimento das exportações brasileiras de frango, a partir do quarto trimestre do ano passado. Os preços do produto brasileiro caíram 9%, para US$1.339 por tonelada. Houve até uma certa frustração, pois a meta inicial – que prevalecia até outubro – era vender 700 mil toneladas e arrecadar US$1 bilhão em divisas.

As exportações brasileiras para a Ásia perderam força devido à queda da Bolsa de Hong Kong e à desvalorização das moedas no Sudeste asiático. Com a depreciação cambial, a Tailândia, grande produtor de frango da região, passou a ter preços mais competitivos e tomar espaços dos produtos brasileiros.

Uma reversão no quadro de queda das exportações de frango para o Extremo Oriente não é uma possibilidade descartada.

O governo de Hong Kong tem adotado uma série de medidas para evitar que o vírus da gripe da galinha se alastre pelo país. Foram proibidas as importações de frango vivo de onde o problema basicamente se restringe, principalmente da China, e o governo ordenou o sacrifício do plantel de 1,3 milhão de aves. As indústrias dos EUA fazem campanhas junto ao receoso público consumidor, assegurando-lhe que o frango importado está livre da doença.

Por sua vez, a Tailândia está praticamente com seu volume de produção comprometido. Assim, uma expansão no mercado consumidor de Hong Kong deve ocorrer em cima da carne de frango do resto do mundo. Brasil e EUA surgem como candidatos para suprir a demanda.

Suínos: fraca rentabilidade e produção estável

O reconhecimento oficial por parte da Organização Internacional de Epizootias (OIE) do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina como zonas livres da febre aftosa é aguardado com grande ansiedade por todo o complexo suinícola. Isso certamente dará um fôlego maior à participação da suinocultura brasileira no mercado internacional, em particular no Japão e na Europa.

A conjuntura da suinocultura industrial em 1997 carregava no seu bojo as seqüelas das dificuldades enfrentadas entre 1995 e 1996. A quantidade de suínos abatidos sob inspeção no Brasil ficou praticamente no mesmo plano: 13,5 milhões em 1996 contra 13,6 milhões em 1997.

Para 1998, a expectativa é de que haja recuperação de 4 a 5% no número de abates, em comparação com o ano anterior. Enquanto isso, poderão surgir problemas com relação ao milho para os criadores, ainda que para o farelo o preço fique mais acessível. Pode-se vislumbrar alguma reação nos preços para repassar possíveis pressões de custos já que, diante da adequação de oferta e demanda, as margens podem ser sustentadas.

O Rio Grande do Sul, o segundo maior produtor de suínos do país, atrás apenas de Santa Catarina, registrou uma redução de 16,4% no número de abates no estado em 1997, que passa-

Números da suinocultura brasileira

Ano	1 Rebanho (cabeças)	2 Matrizes (cabeças)	3 Produção t	4 Abate SIF (cabeças)	5 Abate total	6 Exportação (mil/t)
1990	30	1,87	1,04	8,4	16,0	19
1991	31	1,94	1,11	9,2	17,0	17
1992	32	2,00	1,20	10,0	17,1	44
1993	32,5	2,03	1,23	10,2	17,5	35
1994	33,1	2,07	1,33	10,8	18,0	33
1995	34	2,13	1,43	12,0	19,2	32
1996	35,1	2,19	1,53	13,5	20,4	55
1997	35,8	2,24	1,53	13,6	20,5	56
1998 *	36,5	2,28	1,61	14,0	20,8	100

*Previsão.

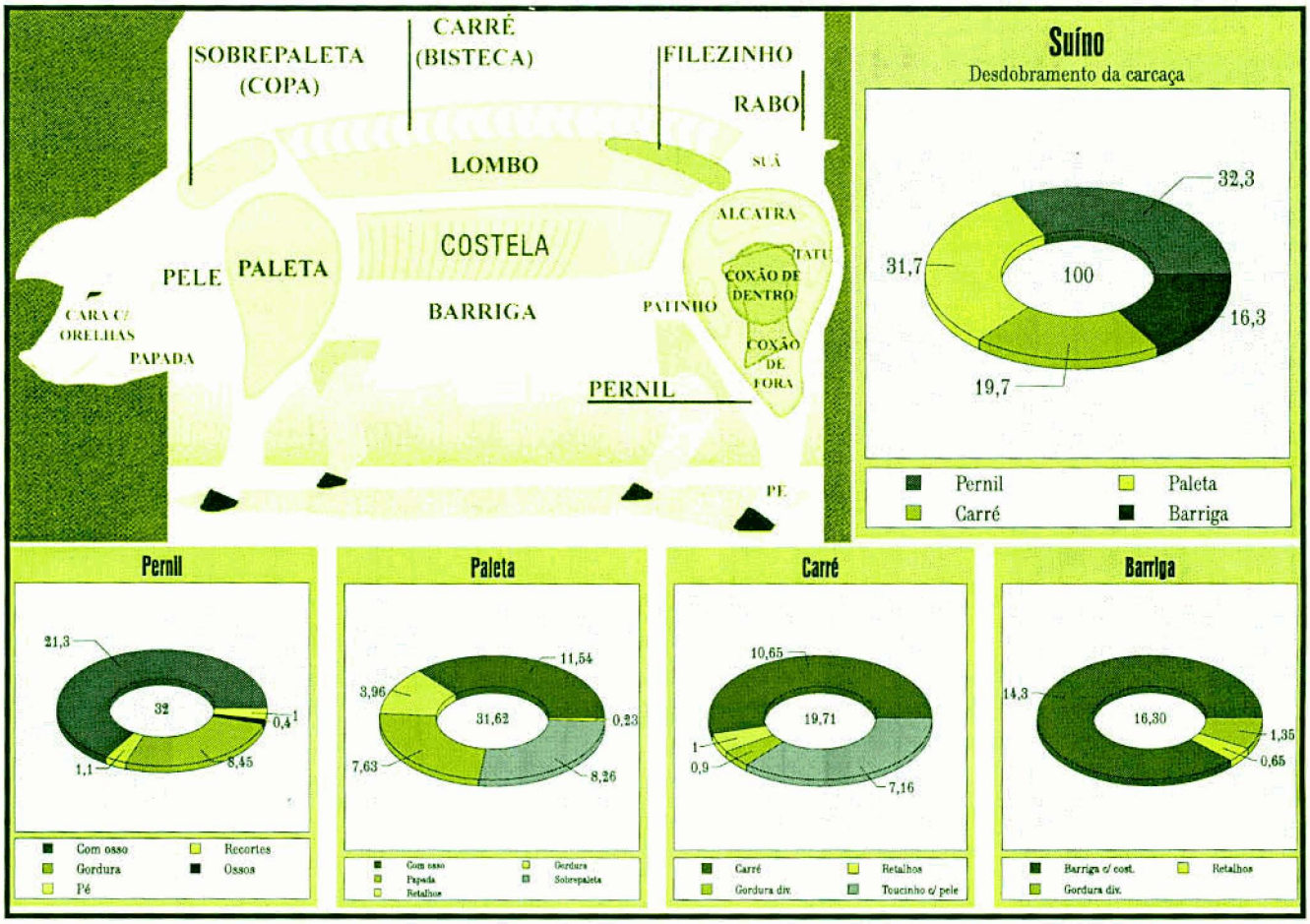
Fonte: ABCS/Abecs – milhões.

ram de 3,6 milhões de cabeças em 1996 para 3,12 milhões.

A redução do abate foi resultado das dificuldades que o setor enfrenta há cerca de três anos, que vêm aumentando consideravelmente os custos dos produtores. Um dos principais insumos para a criação de suínos, o farelo de soja, chegou a ser cotado em 1997 por até US$350 a tonelada: uma tremenda alta para um produto que no início do Plano Real estava em US$150 a tonelada.

A carne suína, a mais consumida, representa 43% do consumo mundial de carnes. A média do consumo *per capita* em muitos países da Europa é elevada. No Brasil, porém, esse índice não ultrapassa 10kg por ano. Da mesma forma, os EUA e a União Européia (UE), especialmente a Dinamarca, figuram entre os maiores exportadores de carne suína do mundo. Já o Brasil participa com menos 2,5% do mercado mundial, ou 2,5 milhões de toneladas.

A Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Origem Suína (Abipos) criaram um fundo de campanha para incentivar o consumo da carne de suíno no país. Os recursos virão na forma de contribuição de R$1,00 sobre cada suíno destinado ao abate. O setor espera arrecadar R$1,2 milhão, que será aplicado principalmente em campanhas de *marketing* nos grandes centros consumidores.



Brasil: Balança comercial mensal de carnes de suínos – 1997

Mês	Exportação t	Importação t
Jan.	4.051	0
Fev.	3.915	0
Mar.	4.181	0
Abr.	3.476	1.147
Maio	4.546	1.197
Jun.	4.678	1.214
Jul.	4.859	640
Ago.	5.631	245
Set.	5.578	24
Out.	6.160	121
Nov.	4.314	49
Dez.	5.068	0
Total	56.457	4.638

Fonte: Secex.

Mundo: Números da suinocultura

Em mil t de equivalente carcaça

Países	1996	1997
I - Produção	74.023	73.895
China	36.400	36.000
EUA	7.804	7.955
Federação Russa	1.744	1.640
Alemanha	3.020	3.000
França	2.160	2.200
Holanda	1.560	1.560
Dinamarca	1.530	1.560
Brasil	1.520	1.580
II - Exportação	2.313	2.336
EUA	430	480
Dinamarca	380	350
Taiwan	362	360
Canadá	340	360
China	250	250
III - Importação	2.113	2.270
Japão	822	857
Federação Russa	545	565
EUA	279	274
Hong-Kong	175	189

Fonte: USDA.

A iniciativa de fazer propaganda é louvável. Mas não se pode esquecer de verificar a razão do preço mais caro pago para cada quilo da carne suína. A desproporção entre a quantidade de itens industrializados (70%) e *in natura* (30%) colocados à disposição dos consumidores é uma causa. Outra está na margem da comercialização do produto.

De fato, o Centro de Estudos de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob encomenda do Sindicato da Indústria de Produtos de Suínos, mostrou que a margem de lucro dos supermercados que comercializam o produto é acentuadamente superior à de outras carnes. A pesquisa, desenvolvida entre outubro de 1994 e setembro de 1995, apurou que a margem dos varejistas foi de 67,4% para carnes suínas, 76,6% para embutidos e 93,7% para outros produtos suínos. A margem média apurada para o frango foi de 21,6%.

Novos mercados no exterior

Apesar das dificuldades no mercado de suínos, os grandes frigoríficos programam fortes investimentos, diante da perspectiva de erradicação da peste suína e de conseguir contratos de exportação para a União Européia e Rússia.

Somente durante o segundo semestre do ano passado, grandes empreendimentos foram anunciados na mídia. A Avipal e a Frangosul, nomes consagrados na avicultura, estão aplicando pesado no Rio Grande do Sul, em unidades suinícolas. Por sua vez, as cooperativas de Nova Mutum (Coopermutum), Lucas de Rio Verde (Cooagril) e Diamantino (Suicoop) investiram US$12 milhões na instalação de um moderno frigorífico do Mato Grosso, a Indústria Frigorífica da Intercoop (Integração das Cooperativas do Médio Norte), em Nova Mutum, na faixa norte do estado. Já a Pif Paf está investindo US$20 milhões na construção de um frigorífico de suíno para abater 2,4 mil animais por dia em Patrocínio, na região do alto Parnaíba.

As exportações brasileiras de suínos poderão bater as 100 mil toneladas em 1998, movimentando uma receita cambial entre US$230 a US$250 milhões, de acordo com a Associação Brasileira de Exportadores de Carne Suína (Abecs). Em volume, o crescimento será de 77% sobre as 56,4 mil toneladas embarcadas em 1997, enquanto em receita a alta deverá ser ainda maior, superando em 61% os US$148 milhões de 1997. A menor produção de carne suína provocou aumento nos preços. Aproximadamente 19 empresas possuem negócios ativos com

exportação.

As principais vendas externas em 1997 foram: Hong Kong (23,2 mil toneladas a US$60 milhões); Argentina (25,6 mil toneladas a US$63,6 milhões) e o Uruguai (4,6 mil toneladas a US$10,8 milhões).

Um acordo sanitário importante firmado com a Rússia, África do Sul e Itália – que envolveu a vinda de comitivas destes países para conhecer as condições do rebanho brasileiro – poderá trazer amplo suporte para o incremento das vendas externas.

A mira dos exportadores brasileiros tem como alvo o mercado europeu, que é maior consumidor de carne suína e vive um momento de crise na produção. A Holanda, que exporta 70% da produção, diminui em 25% o plantel de 14 milhões de animais, devido a focos de peste suína. O mesmo acontece na Bélgica e na Alemanha. O estrago aumenta com o problema ambiental, ante a falta de espaço para eliminar os dejetos dos animais.

A União Européia (UE), que importa 2,3 milhões de toneladas anuais, é um grande mercado importador. A Itália pode ser a porta de entrada para a comunidade, pois o país é um grande transformador de carne suína e adquire externamente 2/3 do necessário para a sua produção, ou seja, quase de 600 mil toneladas. O Brasil poderá atender a 20% do total importado pelos italianos, num volume de 120 mil toneladas anuais.

A Rússia entre 1992 a 1996 reduziu a produção interna para 1,74 milhão de toneladas. A queda no período foi de 37%. Com isso, o país passou a ser o segundo maior importador mundial de suínos, atrás somente do Japão, que é o maior comprador de carne de porco fora da UE, com 880 mil toneladas anuais. As importações russas – que somaram 545 mil toneladas em 1995 – crescem na ordem de 20% ao ano. Tendo um consumo *per capita* de 17kg por ano, os preços internos da carne suína oscilam de 15% a 20% mais que os da carne bovina e 25% a 30% que os de carnes de aves. As perspectivas são de que o Brasil atenda a 10% da demanda total da Rússia, com embarques em torno de 50 mil toneladas. Outro mercado que recebe empenho especial dos exportadores brasileiros é a África do Sul, que passou a comprar de 25 a 30 mil toneladas anuais.

Bovinos: osso duro para a pecuária brasileira

Após três anos de quedas consecutivas, houve uma recuperação nas exportações brasileiras de carne bovina em 1997: as vendas cresceram 5% em volume e 7% em receita. Os embarques foram de 275 mil toneladas, no valor de US$420 milhões. O preço médio da tonelada do *mix* de exportação ficou em torno de US$1,5 mil, com a carne industrializada cotada a US$1.080 e o produto *in natura* em US$2.930.



Pelo menos com relação à quantidade, há boas notícias para 1998. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) projeta um incremento de 10% a 15%. As vendas externas poderão bater 310/330 mil toneladas, o equivalente a US$460/480 milhões. Os pilares dessa previsão são o consumo de carne bovina nos países asiáticos e a redução dos subsídios na Europa, tornando a carne brasileira bem mais competitiva.

Os preços no mercado internacional devem prosseguir arrefecidos, enquanto as cotações do boi gordo permanecem estáveis no mercado interno. Antes da ocorrência da encefalopatia espongiforme

Brasil: exportação de carne bovina

Ano	Quantidade 1	Valor 2	Quantidade 3	Valor 4	Quantidade 5	Valor 6
1990	100	93	149	141	249	234
1991	74	138	252	260	326	398
1992	124	281	320	353	444	634
1993	102	225	290	291	392	516
1994	88	226	270	296	358	522
1995	44	158	225	287	269	445
1996	52	159	209	233	261	392
1997*	77	178	219	242	296	420

Fonte: Abiec (representa 95% das exportações nacionais) e Secex.

*Sujeito a revisão.

1, 3 e 5: em mil toneladas. 2, 4 e 6: em US$ milhões.

Brasil: Balança comercial mensal de carne bovina, 1997

Mês	Exportação t	Importação t
Janeiro	26.323	179
Fevereiro	18.657	144
Março	23.852	26.711
Abril	22.869	21.547
Maio	24.649	19.070
Junho	25.047	17.560
Julho	25.008	19.278
Agosto	25.213	12.704
Setembro	30.001	8.518
Outubro	27.988	8.269
Novembro	22.061	8.382
Dezembro	24.806	11.154
Total	296.475	153.515

Fonte: Secex.

Briga de gigantes

O embargo à importação de carne bovina com hormônio imposto pela UE desde 1989 deverá ser mantido até maio de 1999. Até lá, a Comissão Européia terá de apresentar à Comissão provas científicas sobre a existência de riscos nessa carne.

A pendência envolve as duas maiores potências comerciais do planeta – a UE e os EUA – num negócio comercial estimado entre US$100 a US$250 milhões. Os EUA, que contam com o apoio do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, já apresentaram provas científicas de que o emprego de hormônio na produção bovina não ameaça a saúde humana.

Depois da vaca louca, porém, o consumidor europeu ficou muito renitente. As autoridades públicas ficam sob pressão e endurecem a legislação. A OMC reconhece que a imposição de um nível maior de exigência sanitária é um direito autônomo importante dos governos: esses casos não são mera exceção das obrigações do Acordo Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

Nos países exportadores do Mercosul, enquanto os hormônios para o crescimento do gado continuam proibidos, muitos pecuaristas podem ter acesso a eles. A questão é delicada. A UE, principal cliente do produto brasileiro, não aceita carne com hormônio. Resta, portanto, aguardar o desfecho da pendenga.

bovina (EEB), conhecida como a doença da vaca louca, o filé mignon valia US$3,9/4 mil contra US$3,5/3,6 mil/t atualmente. Os estoques na UE ainda estão elevados: na ordem de 700 mil toneladas.

A EEB foi diagnosticada pela primeira vez no gado britânico em 1986, mas só 10 anos depois o governo na Inglaterra admitiu a possibilidade de uma ligação contagiosa entre ela e seres humanos. Os estragos foram enormes. Cerca de 4,5 milhões de reses acima de 30 meses, o correspondente a 40% do rebanho, tiveram de ser exterminadas. A União Européia (UE) indenizou os criadores em US$4,2 bilhões e bancou os custos crematórios no valor de US$250 milhões. Apesar das denúncias freqüentes de contrabando, as exportações de carnes da Grã-Bretanha estão suspensas.

Das exportações brasileiras, 63% destinam-se à UE, 9% somente em carne industrializada para os EUA e 7% para o Extremo Oriente. Como o Brasil faz parte do circuito da aftosa, mercados importantes não lhe são acessíveis. É uma longa história para ser superada.

O mercado consumidor asiático representa o maior potencial de crescimento do mundo. Para o horizonte de 1993 a 2005, suas importações de carne bovina crescerão mais de 50%, saltando de 1 milhão de toneladas para 2,9 milhões. A estimativa é de que o consumo médio dos países asiáticos – China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coréia do Sul, Malásia, Filipinas, Cingapura e Taiwan – salte de 6,75kg para 9,56kg, enquanto o Japão vai de 9,7 para 15kg.

A elevação do nível de vida dos países emergentes asiáticos, que experimentaram sensível aumento de renda nos últimos anos, contribui para a expansão do consumo da carne bovina. Pelas estimativas do Conselho Nacional da Pecuária de Corte para 2010, o consumo *per capita* do brasileiro estará em 45kg por ano, sendo que as exportações baterão 1 milhão de toneladas, volume mais de três vezes superior ao corrente. Será este um cenário otimista ou provocativo?

As recentes crises que se abateram regionalmente nas economias asiáticas poderão arrefecer temporariamente

Mundo: Números da pecuária de corte

Países	*1996*	*1997*
I. Produção	48.400	48.592
EUA	11.578	11.506
Brasil	6.150	6.050
China	4.946	5.400
Argentina	2.580	2.550
Federação Russa	2.580	2.300
México	1.800	1.800
Austrália	1.725	1.720
França	1.735	1.685
Alemanha	1.480	1.360
II. Exportação	4.839	5.236
Austrália	1.016	1.095
EUA	851	870
Nova Zelândia	515	500
Argentina	470	430
Canadá	286	360
Irlanda	289	301
Brasil	277	240
Alemanha	202	200
Índia	165	175
França	152	130
III. Importação	4.075	4.089
EUA	940	1.119
Japão	899	872
Federação Russa	480	500
Coréia	191	225
Canadá	237	235
Reino Unido	147	150
Brasil	144	160
México	100	138
Alemanha	86	90

Fonte: USDA. Mil toneladas em equivalente-carcaça.

Importações da Ásia

País	*1991-1993*	*2003-2005*	*Incremento*
China	ND	789	789
Coréia	164	361	197
Filipinas	20	53	33
Hong Kong	76	132	56
Indonésia	3	15	12
Japão	610	1.273	663
Malásia	60	173	113
Cingapura	23	47	24
Taiwan	56	93	37
Total	1.012	2.939	1.927

ND = não disponível.

Fonte: Fundação Okita.

essa tendência. Contudo, do ponto de vista conjuntural, existem dois fatos que fortalecem o aumento no consumo de carne bovina no curto prazo:

- a gripe da galinha, em Hong Kong, em final de 1997, que provocou o abate de mais de 1,3 milhão de aves e poderá comprometer as exportações de frango;
- a febre aftosa em Taiwan, cujas exportações de carne suína, ao redor de 230 mil toneladas anuais, que representam US$460 milhões, foram suspensas nos mercados do Japão e da Coréia.

Exigência da qualidade, novos modelos de gestão

A UE está exigindo a identificação da carne que entra nos países da comunidade para proteger o mercado regional. É mais um esforço extremo para controlar o avanço da doença da vaca louca, cujos focos continuam sendo descobertos no continente. A solicitação da UE, obrigando a que todo produto importado, inclusive o brasileiro, tenha uma etiqueta de identificação do país de origem, abatedouro, local de engorda, sexo, idade e data de abate do animal, foi bem recebida pelo setor nacional.

Embora a obrigatoriedade seja apenas para o ano 2000, há importadores que por diferentes motivos já pedem a identificação. De acordo com o Programa de Identificação da Carne Bovina Brasileira, a próxima etapa consiste em preparar informações sobre a ascendência do animal, método de engorda, alimentação e número de identificação.

As imposições de novos requisitos nas transações internacionais refletem, em última instância, mudanças no mercado nacional e estrangeiro de carne. A demanda de qualidade deve ser hoje encarada como uma linguagem universal para os negócios globais. Para os elos do complexo agroindustrial da bovinocultura, a visão de processo passa a ser uma obrigação e não apenas um anseio.

A mobilização brasileira é feita através de alianças mercadológicas, com parcerias entre os diversos agentes da

Números do novilho precoce

Região	Frigoríficos credenciados	Animais abatidos (mil cabeças)	Produtores cadastrados
Sul	136	355,7	300
Sudeste	33	100	1.187
Nordeste	7	15	427
Centro-Oeste	48	683,3	3.882
Norte	2	1,3	27
Total	226	1155,3	5.823

Fonte: Secretaria do Estado da Bahia.

Números da pecuária de corte no Brasil

Ano	Rebanho 1	Abate 2	Desfrute 3	Produção 4	Consumo interno 5	Consumo per capita 6
1990	141.367	22.053	15,6	4.631	4.612	31,8
1991	144.194	22.494	15,6	4.725	4.579	31,5
1992	147.078	23.238	15,8	4.508	4.120	28,7
1993	157.672	24.000	15,2	4.950	4.569	30,6
1994	158.200	26.000	16,4	5.200	5.017	32,6
1995	161.272	27.000	16,8	5.400	5.376	34,5
1996	165.000	28.500	17,3	5.700	5.631	35,6
1997	168.382	29.100	17,3	5.820	5.770	36,0

Fontes: IBGE, Embrapa e CNPC.
1 e 2: em mil cabeças; 3: abate/rebanho %; 4: em mil t; 5: em quilos por habitante/ano.

cadeia. Algumas iniciativas mostram resultados positivos, tais como as campanhas para o controle de febre aftosa e a Portaria 304 (ver box).

O novilho precoce

Outro empreendimento importante é o Programa do Novilho Precoce, lançado em 1994 e implementado em 12 estados. Dados da Associação Brasileira do Novilho Precoce indicam que o abate de gado mais jovem – entre 18 a 30 meses – já atinge 4% do abate brasileiro, estimado em 27 milhões de cabeças ao ano. A redução do ICMS é o principal estímulo à adesão dos pecuaristas. No Mato Grosso do Sul, estado pioneiro no programa, essa diminuição chega a 66,7% para animais até 18 meses. O ganho cai para 50% quando se trata de animais de 24 meses, e para 16,7%, para animais de 30 meses.



No Rio Grande do Sul, os novilhos precoces vêm sendo abatidos dentro do Programa Carne de Qualidade (PCQ), em vigência desde outubro de 1995, que fez com que o abate inspecionado crescesse 25%.

Muda o perfil empresarial na indústria frigorífica

O quadro de menor inflação e maior competitividade submete a indústria frigorífica brasileira, que movimenta US$12 bilhões por ano, a um dramático ajustamento. Embora esteja tecnologicamente entre os mais modernos do mundo, o setor tem na clandestinidade a face mais crítica e desabonadora, que enraíza o atraso nos negócios da cadeia pecuária.

O alto número de abatedouros sob inspeção municipal prejudica a atuação das empresas sob inspeção federal. Driblando a fiscalização, os matadouros municipais podem abater lotes de animais e transportá-los entre os estados. Numa ação de parceria com a fiscalização federal, o abate clandestino certamente sofrerá maior inibição. Não recolhendo os impostos, a clandestinidade frustra as empresas com escrita contábil legalizada e gera uma concorrência canibalesca. O consenso a esse respeito não impede a continuação da prática.

Diante de sua magnitude, a fraca credibilidade em torno das estatísticas sobre a cadeia da pecuária de corte não condiz com sua realidade. A menor variação nos preços, quer no nível da matéria-prima quer de seus subprodutos, revela o enorme peso do segmento mais tecnológico e de maior produtividade do setor. Grandes oscilações de alta ou de baixa são peculiares de atividades à mercê de especulações, em função da alta heterogeneidade de tecnologia e gestão. A pecuária de corte, acredite quem quiser, passou dessa fase.

Na verdade, a redução do parque frigorífico traz também à tona os resultados nefastos de um crescimento desordenado da atividade no país e da guerra fiscal entre os estados. Sem planejamento, o número de abatedouros cresceu a ponto de superar o potencial de oferta de animais de alguns estados, cujos rebanhos ficaram com os tamanhos estáveis e onde a resposta da produtividade é mais lenta. Após a saída das gigantes Ceva, Kaiowa, Sadia, Cargill, Perdigão e Anglo, chega a vez de as empresas menores enfrentarem o es-

Uma portaria catalisa a modernização

A famosa Portaria 304 foi um divisor de águas na comercialização da carne bovina. Editada em abril de 1996, ela prevê a desossa e embalagem do produto no estabelecimento frigorífico, além da sua identificação e resfriamento. A implementação da portaria começou em agosto de 96 nas cidades de São Paulo e Porto Alegre e, ao longo de 1997, foi sendo adotada em outros centros. Mais 11 capitais foram incluídas – Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Salvador e Aracaju.

Para o consumidor e a cadeia da carne bovina alguns benefícios já podem ser contabilizados. Pelos números do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – Dipoa, do Ministério da Agricultura, o abate SIF de 1997 chegou a 13 milhões de cabeças, contra 12,6 milhões em 1996. A Abif avalia que 60% dos 178 frigoríficos sob inspeção federal operam com a desossa. O Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do ESP revela que os açougueiros paulatinamente vão se acostumando a receber a carne processada.

No momento, a obrigatoriedade em escala nacional prevalece para identificação e embalagem. O próximo passo é ampliar a exigência de corte e embalagem do produto no frigorífico, a exemplo do que acontece em São Paulo e Porto Alegre.

Febre aftosa: até quando?

Em 1995, o Brasil declarou-se área livre. É um conceito novo instituído pela Organização Internacional de Epizootias (OIE, órgão sediado em Paris e vinculado à OMC, em substituição àquele tradicional de país livre que vigorava até dois anos atrás).

Pelo novo entendimento, o país era prejudicado porque, embora já tenha erradicado a doença na região Centro-Sul, onde concentra a maior parte do rebanho bovino, suíno e caprino, registra 200 casos de febre aftosa nas regiões Norte e Nordeste.

A estratégia montada foi no sentido de declarar os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina como área livre da bacia do Prata, junto com a Argentina (zona livre sem vacinação) mais Paraguai e Uruguai (zona livre com vacinação). A circulação de boi vivo e carne com osso foi vetada nesses estados, onde estão 10% do rebanho nacional e não se registra qualquer caso de doença há cerca de cinco anos: as normas internacionais exigem um prazo mínimo de dois anos e meio. O fechamento da fronteira traz redução no recolhimento do ICMS estadual, mas é necessário para a realização dos testes sorológicos.

Ainda no final de 1998, uma missão de técnicos da UE inspecionou frigoríficos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A resposta deve vir da assembléia mundial da OIE, de 25 a 29 de maio, na França.

Agora, os membros do cadeia produtiva da pecuária planejam informar oficialmente as autoridades européias de que os estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão em condições de solicitar abertura de processo de reconhecimento como áreas livres de aftosa. Recentemente, autoridades brasileiras acompanhadas do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa fizeram inspeção nestes estados, para verificar a existência de vírus.

Existe um fato concreto. Com a vacinação maciça e periódica, os focos da doença reduziram-se de 2.093, em 1994, para 167, em 1997. A meta do governo é erradicar a doença até 2007. A surpresa, desagradável como uma pedra no sapato, vem da constatação de novos focos em Mato Grosso do Sul nos últimos meses.

treitamento de suas margens operacionais. É um ambiente que exige maior profissionalização.

A cirurgia interna no parque frigorífico constitui uma operação para reparar a oferta de animais ao consumo. O impacto de uma redução de 30% na capacidade de produção da indústria de carne passará despercebido, porquanto um programa crescente de exportação continuará sendo atendido, sem provocar excesso de matéria-prima e crise de abastecimento interno. Dados do Dipoa de junho de 1997 mostravam que, dos 183 estabelecimentos com SIF no Brasil, 103 estavam desativados.

As seqüelas de baixas no setor são grandes. No Mato Grosso do Sul, fecharam a Matel e a Cervieri, e uma unidade do Frigorífico Naviraí foi arrendada para o Frigorífico Bertin, que é o maior exportador de carne bovina do país. O Frigorífico Naviraí continua operando a planta de Maringá, adquirida da Cargill em 1995. Em Goiás, outras três unidades também cerraram portas – uma da Frinorte e duas da Friboi. O frigorífico Bordon, o maior do Brasil no passado, reduziu sensivelmente a abate de animais e deve concentrar-se somente na industrialização da carne. A empresa vinha mantendo em Campo Grande um único abatedouro com capacidade de abate de 30 mil animais por mês, onde abatia apenas 1/3 deste número.

Nos pampas gaúchos, o segmento frigorífico vive momentos de tensão. Grandes abatedouros paralisados estão voltando a operar na forma de arrendamento, em ações intermediadas pelo governo do estado e bancos credores. A maioria das plantas em situação de dificuldade estão localizadas na metade sul do estado.

Depois de quase dois anos de paralisação, o Frigorífico Alegretense foi reaberto, arrendado pelo Grupo Cervieri, de Ponta Porã (MS). Por sua vez, o frigorífico Vacariense (Friva) está sendo cogitado pelo Grupo Randon. A unidade do Bourdon em Livramento foi arrendada pelo Frigorífico Três C, dono de 19% do mercado inspecionado estadu-

al, junto ao Banco do Brasil. Também o frigorífico Castilhense voltou a operar, através da Figo Pal, subsidiária da argentina Paladine.

O grande desafio consiste em achar empresários para tocar o Cicade de Bagé, a maior planta de abate gaúcha, que contabiliza uma dívida bancária próxima a RS$200 milhões e tem uma dívida trabalhista de R$30 milhões, acima do patrimônio de R$25 milhões.

Em Minas Gerais, a Associação dos Frigoríficos (Afrig) avalia a situação como caótica, em que o setor precisa sair do vermelho para planejar investimentos. Os frigoríficos mineiros negociam com o governo a redução de 5% nas tarifas do ICMS, que é de 7% para carne comercializada dentro e de 12% fora do estado. O antigo Frigorífico Kaiowa, em Janaúba, deverá voltar a operar. Em termos de novilho precoce, três grandes frigoríficos ensaiam os primeiros passos: Bertim (Ituiutaba), que detém 70% da carne de novilho comercializada no estado, o Mata Boi (Araguari) e a Rezende Alimentos (Uberlândia).

Neste mar tempestuoso, os dois maiores frigoríficos do Brasil – Friboi de Goiás e o Independência de São Paulo – firmam posição no mercado. O Friboi abateu em 1997 mais 60% do que no ano anterior (quase 500 mil bois), tendo adquirido o abatedouro da Sadia em Barra do Garça e arrecadado a marca Maturata. Já o Frigorífico Independência cresceu mais de 30%, com abate próximo a 250 mil bois.

Em sintonia com os novos tempos, a Abif trabalha para lançar um selo de origem para a carne, de modo a garantir a procedência do produto. Isso contribuirá para o aumento da desossa de carne no país e agregará maior valor à produção. É uma abertura para aumentar as margens, que foram bem espremidas em 1997, se situando entre 2,5% a 3%. Enfim, o desafio está aí. A cadeia da pecuária terá de olhar com carinho os aspectos de gestão ligados a qualidade, produtividade, tecnologia e economia de escala. Uma peça de traseiro desossada é 5% mais cara do que com ossada, sendo que a margem dos supermercados que trabalham com produto desossado é de 25% a 30%. Uma discrepância que não cabe nos negócios em clima de acirrada competição.

INDÚSTRIA DE RAÇÃO

Novos nichos de consumo

Apesar de os carros-chefes do consumo de ração serem a avicultura de corte e postura e a criação de suínos, com respectivamente 57% e 31,2%, a menina dos olhos do setor está em outras atividades.

De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação, a produção brasileira de rações cresceu 10,2% em 1997. O total comercializado foi de 28,7 milhões de toneladas. Em termos de faturamento, a receita correspondeu a R$6,7 milhões.

A produção de ração para peixe ficou perto de 75 mil toneladas, com alta de 35% sobre 1996, movimentando R$30 milhões. Os negócios de nutrição em piscicultura apresentaram crescimento superior a 1.500% nos últimos cinco anos. No mesmo período, o número de empresas de aqüicultura saltou e 4 para 40. E há muito espaço para crescer, mesmo com toda expansão: o mercado de ração atingiu 32,6% da produção de peixe, estimada em 230 mil toneladas em 1997 (25% no ano anterior).

Outros levantamentos apurados pelo Sindirações revelam um evolução de 12% na produção de rações para eqüinos – 250 mil em 1997, contra 222 mil em 1996. O segmento para cães e gatos cresceu de 420 mil toneladas para 450 mil nos últimos dois anos. Para terminar, rações para coelhos, aves ornamentais, rãs, caprinos, ovinos etc. participaram com 745 mil toneladas – em 1996 foram 386,9 mil toneladas.

Os planos de investimentos das indústrias de ração para 1998 contemplam aplicações de recursos na produ-

Brasil: evolução da produção de rações

Ano	*Avicultura de corte*	*Avicultura de postura*	*Bovino*	*Suíno*	*Outros*	*Total*
1988	6.176,00	3.007	922	3.779	330	14.214,30
1989	6.520,70	2.754	830	3.631	437	14.172,30
1990	7.491,60	2.192	854	3.865	424	14.826,40
1991	8.035,90	2.225	812	4.527	520	16.119,80
1992	8.614,20	2.312	791	4.598	517	16.832,10
1993	9.313,20	2.063	1.058	5.011	618	18.062,60
1994	10.234,70	2.195	1.107	5.526	508	19.570,10
1995	12.074,00	2.618	1.050	7.992	794	24.518,40
1996	11.854,60	2.588	1.239	8.493	1.029	25.203,50
1997	3.500,00	2.840	1.780	8.950	1.600	28.670,00

Fonte: Sindirações – em mil toneladas.

Pet food – alimentando a família

IRENE R. TROCCOLI

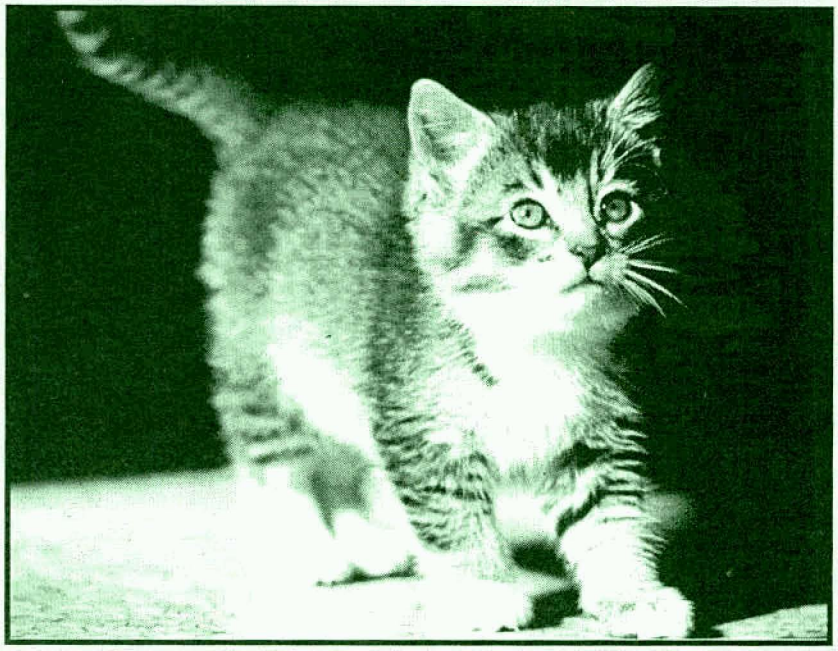
O segmento *pet* envolve alimentos direcionados para uma categoria de animais que não raro são vistos por seus donos como parte da família, e não apenas como seres irracionais. A mercadologia das rações para cães, gatos e aves se dá portanto num clima muito diferente daquela voltada para a venda de rações de rebanhos destinados especificamente à produção de carne (caso das aves e dos suínos) e à realização de lucros (caso da bovinocultura de leite e da criação de cavalos). Os instrumentos de *marketing* aplicados à *pet* food assumem um perfil muito mais sofisticado.

Nos EUA, estima-se que haja 66,2 milhões de gatos e 58 milhões de cães adotados pelas famílias, alimentados basicamente com ração adquirida pronta. Não é por outro motivo que as vendas no mercado norte-americano de rações *pet* no ano passado foram avaliadas entre US$9 e US$10 bilhões, despontando como um negócio muito promissor a médio prazo.

No Brasil – e no resto do mundo –, o crescimento do setor transparece não só nos números de produção como em outras avaliações pertinentes. De acordo com a Nielsen Serviços de Marketing, por exemplo, nos cinco primeiros meses de 1997 a verba de investimento publicitário deste segmento havia chegado a US$9,1 milhões, o equivalente a 75% do faturamento de todo o ano de 1996. Chama a atenção também que mais de 95% desta verba tenha sido consumida pela mídia televisiva.

Em seu processo natural de expansão, diversificação e sofisticação, essa indústria tem dois compromissos: aprimorar seus produtos e explorar o potencial de mercados localizados fora de suas fronteiras.

No primeiro caso, trata-se de buscar novas fórmulas que sirvam mais adequadamente às necessidades nutricionais dos animais. Usa-se cada vez mais o arroz como ingrediente, assim como proteínas de baixo teor alergênico, como a carne de ovelha. O aprimoramento das fórmulas também vem ditando o uso de menos ingredientes artificiais, sintonizando os alimentos para animais de estimação com as tendências modernas da própria alimentação humana.



Ao mesmo tempo, as empresas monitoram constantemente suas vendas, para não perderem o foco da satisfação dos clientes. No caso dos alimentos para cães, por exemplo, está bem clara a preferência do público pelas chamadas rações secas (que representam mais de 58% do valor das vendas varejistas), enquanto a comida enlatada para esses animais vem perdendo *market-share*. No segmento de felinos, as rações enlatadas continuam preferidas (51% do valor das vendas varejistas), ao mesmo tempo em que os consumidores vêm rejeitando as rações semi-úmidas e apresentando simpatia pelas rações secas.

Esse objetivo vem sendo cuidadosamente estruturado pela indústria na conquista de mercados estrangeiros. Os analistas norte-americanos sugerem ações direcionadas especialmente a mercados ainda pouco explorados, como o Brasil, a Argentina e a Coréia. O destaque fica naturalmente com o mercado brasileiro, cuja recente forte evolução do setor de rações *pet* não passou despercebida aos executivos das empresas interessadas.

Seguindo essa tendência, os supermercados vêm destinando parcelas cada vez maiores dos seus espaços nas gôndolas para a exposição desses produtos. No ano passado a participação dos auto-serviços sobre as vendas nacionais de rações *pet* era especialmente alta no caso dos hipermercados (lojas com no mínimo 20 *check-outs*), que então escoavam 47% e 39% das vendas totais dos alimentos respectivamente para cães e gatos.

A curto prazo, o aquecimento do mercado de rações para animais domésticos deve se manter, sinalizando o interesse das empresas em investirem no produto de maior valor agregado. Além do mais, elas buscam depender menos das vendas à avicultura, não só por sentirem o crescimento da concorrência das rações produzidas pelas firmas de integração avícola, como pelo gradual esvaziamento do poder de compra dos criadores de frango independentes. A previsão para 1988 é de que a oferta de rações *pet* avance 16%, enquanto o segmento de rações para peixes deverá crescer 33%.

E-mail: iragtroc@fgv.br

ção de rações de maior valor agregado, como as de peixe, avestruz e animais de estimação. A perspectiva de um bom retorno e a rentabilidade dos projetos está nos preços e margens proporcionados pelo mercado. Enquanto as rações para aves e suínos custam em torno de R$180 a R$200 por tonelada, as especiais saem por R$400 a tonelada.

O mercado de rações para aves opera com dificuldades, ante a concorrência da integração e a queda do poder de compra dos pequenos criadores. O setor de proteína animal brasileiro não consegue uma grande capitalização. Por outro lado, grandes problemas surgem em relação ao abastecimento de matérias-primas. Em 1997 foi o farelo de soja, agora provavelmente será o milho.

A comercialização dos insumos vinha razoavelmente bem até setembro, quando o mercado foi abalado pela decisão do Conselho de Política Fazendária (Confaz) de cancelar a isenção de ICMS nas operações interestaduais. Nos 40 dias em que vigorou a medida do Confaz, a comercialização de ração ficou paralisada. Depois, com a elevação dos juros estabelecida pelo governo, prejudicou os criadores que costumam pagar a prazo. No último trimestre, com o ajuste na avicultura, as vendas não decolaram.

INDÚSTRIA VETERINÁRIA

Estabilidade no faturamento

O grande acontecimento de 1997 foi a constituição da Merial, uma joint-venture formada pela Rhône-Merieux – o braço veterinário do grupo Rhodia – e MSD Agvet, a empresa de saúde da Merck & Co.Inc. Com faturamento estimado em US$1,9 bilhão, a Merial nasce líder no setor brasileiro, onde deverá arrecadar US$125 milhões.

Desde final dos anos 80, a indústria veterinária nacional vinha numa escalada de crescimento bem consistente. O Brasil subiu no *ranking* mundial. O país passou a ser o quarto maior mercado de produtos veterinários do mundo, superando a China, mas ficando atrás dos Estados Unidos, França e Japão.

Em 1997, houve uma inflexão na tendência de crescimento da indústria veterinária no Brasil, que poderá persistir no corrente ano. A fraca rentabilidade do complexo de proteína animal fez com que os criadores reduzissem as suas compras para reduzir os custos de produção. A inadimplência no setor chegou a valores expressivos.

Em números gerais, a bovinocultura de corte é o principal segmento comprador, com cerca de 45% do faturamento total. A seguir vem a bovinocultura de leite e a avicultura, no patamar de 20% cada uma. A suinocultura participa com 5% e os eqüinos, pequenos animais e outras criações ficam com 10%.



O enfraquecimento das compras mantém a média dos preços nos mesmos níveis praticados quando do anúncio do Plano Real, em junho de 1994. As empresas que fabricam vacinas da febre aftosa, por exemplo, que fazem parte de um mercado potencial de US$80 milhões, encontram dificuldades para sustentar a dose em U$0,42. Para elas é um problema de curto prazo que vem se somar ao de médio prazo, diante da provável retração desse mercado, com a erradicação da doença.

Brasil: indústria veterinária

Ano	*Faturamento US$ 1.000*
1987	316.990
1988	299.491
1989	404.733
1990	499.474
1991	481.093
1992	576.855
1993	615.532
1994	690.986
1995	783.000
1996	827.000
1997	830.000

Fonte: Sindan.
O faturamento inclui ICMS e o setor de suplementos minerais.

Respectivamente diretor do Instituto de Pesquisa da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e redator chefe de Agroanalysis.
E-mail: Pinazza@agroceres.com.br
regis@fgv.br

RASTREAMENTO

A experiência do Fundepec em São Paulo

PEDRO DE CAMARGO NETO

Ao atravessar a porteira da fazenda o produto pode perder toda a sua qualidade inicial. Aí também é preciso garantir condições de rastreabilidade se se quiser atender de maneira estável e honesta ao consumidor.



Dispomos de muita tecnologia cujo uso só passa a ter sentido em escala comercial após uma melhor integração da cadeia da carne bovina. Não adianta investir em melhorias tecnológicas, em particular na pecuária de corte, se as melhorias geradas se perdem na desorganização da cadeia produtiva.

As tecnologias de aumento de produtividade na criação do chamado novilho precoce, essenciais para a viabilização econômica da pecuária de corte num patamar e modelo tecnológico diverso, embora produzam um produto de melhor qualidade, também enfrentam dificuldades devido às resistências na comercialização de animais de menor peso de carcaça.

Organizar a cadeia produtiva da carne bovina é essencial para vencer resistências sem fundamento técnico e para viabilizar o rastreamento do produto da gôndola ao prato. É importante criar uma aliança vertical entre produção, industrialização e comercialização para informar garantir ao consumidor não apenas as características do produto, mas de todo o processo de produção e comercialização.

É bem verdade que a atividade de rastrear produtos exige relacionamentos comerciais diferentes dos que existem hoje. O principal gargalo está na natureza dos contratos comerciais entre os elos da cadeia produtiva. No entanto é o rastreamento que justifica economicamente investimentos em genética na procura de carcaças com melhor composição de músculo e teor de gordura desejado pelo consumidor. A maciez, característica de grande importância, é influenciada por genótipo, idade e sexo dos animais. Na transição de estudos acadêmicos para operações comerciais exige-se a integração da cadeia.

Ao atravessar a porteira da fazenda o produto pode perder toda a sua qualidade inicial. A higiene no abate, o controle da cadeia do frio, do abate à gôndola, a acidez, a cor são características de igual importância. Aí também é preciso garantir condições de rastreabilidade se se quiser atender de maneira estável e honesta ao consumidor.

Antes de chegar ao prato, a passagem pela cozinha é fundamental. Tempo e temperatura de cozimento podem também estragar os diversos tipos de cortes de carne bovina. A aliança precisa incluir, via educação, o consumidor, que em grande parte ainda compra o produto sem conhecimento de suas características e qualidades.

A crescente preocupação do consumidor com a segurança dos alimentos exigirá a capacidade de rastrear todo o processo produtivo. Também para a segmentação do mercado e diferenciação do produto isto é essencial. A tendência para a inclusão de selos e etiquetas garantindo para o consumidor características e qualidade torna-se possível através de alianças.

A aliança que estamos desenvolvendo, devagar porém com consistência, no Fundepec (Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo) garante mais do que a idade dos animais, o chamado novilho precoce. Acompanha-se toda a cadeia garantindo características importantes de qualidade do pasto até as gôndolas. No futuro poderá oferecer ao consumidor alternativas de teor de gordura obtidas através da genéticas diferenciadas, promover opções de carne com ou sem a utilização adicional de hormônios ou mesmo garantir que os animais se alimentaram exclusivamente de pastagens.

Rastrear é um ato técnico necessário para garantir qualidade. Aliança vertical entre pecuaristas, frigoríficos, comércio e consumidor é uma alteração cultural nos contratos comerciais entre os elos da cadeia da carne bovina. A aliança pressupõe transparência, honestidade e permanente diálogo entre as partes na procura de satisfação para o consumidor e estímulos para os participantes do processo.

Doutor em engenharia de produção e presidente do Fundepec – Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo.

Relatório do Grupo Temático de Suinocultura e Avicultura

1. Tributação:

- viabilização da cobrança do ICMS no destino, aplicando o sistema de valor agregado (IVA);
- tributação compensatória nas importações de produtos subsidiados;
- padronização e redução do ICMS na cesta básica;
- enquadramento do setor aves/suínos nos benefícios da MP 1.484 (Lei 9.363);
- ressarcimento do PIS/Cofins nas exportações (atendido pela MP 1.508-16, de 17 de abril de 1997).

2. Crédito:

- redução dos intermediários nas operações de crédito (de recursos no exterior);
- taxas e prazos compatíveis com as atividades;
- redefinição dos critérios de enquadramento da atividade nos processos para tomada de crédito.

3. Defesa e inspeção sanitárias:

- verticalização do comando da inspeção sanitária, para que esta se faça sem interferência política;
- criação de agência executiva, reunindo defesa/inspeção/laboratórios, no âmbito da SDA.
- criação de fundos emergenciais, prontos para atendimento a focos de doenças (a exemplo da peste suína clássica);
- modernização e uniformização da legislação (programas Aftosa, PSC, Newcastle);
- treinamento e ampliação do quadro técnico, com injeção de recursos para modernização dos laboratórios;
- reedição da taxa de abate, com aplicação dos recursos dentro do sistema de defesa/inspeção da própria cadeia.

4. Comercialização:

Aves:

- desoneração das exportações (Lei 9.363);
- enquadramento do frango no programa de apoio às exportações de produtos manufaturados (Depoc-Finame);
- alongamento ACC para 360 dias;
- drawback verde-amarelo, para os insumos que compõem o produto final, quando adquiridos no mercado interno;
- utilização do limite de incentivos registrado na OMC;
- promoção do produto no exterior.

Suínos:

- consolidação das áreas livres (PSC e aftosa);
- promover maior intercâmbio com organizações internacionais;
- divulgação da carne suína;
- modernizar laboratórios e uniformizar a legislação;
- treinar recursos humanos;
- Seminário União Européia/Brasil – setembro 1997 – Florianópolis.

5. Meio ambiente:

- investimento em pesquisa e novas tecnologias para o controle da poluição por dejetos suínos;
- difusão e orientação sobre tecnologias já existentes e legislação em vigor;
- prestigiar os trabalhos de pesquisa que já vêm sendo conduzidos na Embrapa – CNPSA – Concórdia/SC.

6. Armazenamento/ transporte/classificação e padronização – um dos problemas mais graves que o produtor enfrenta.

Soluções propostas:

- prestigiar o plano de transporte multimodal (hidro-ferro-aéreo e ferroviário) já no Ministério dos Transportes;
- promover o armazenamento próximo ao lugar de consumo, através de linhas de créditos especiais (inclusive Programa Troca-Troca);
- agilizar e baratear as operações nos portos brasileiros, a fim de agilizar as importações de grãos, quando necessárias;
- prestigiar o trabalho oficial (Dipoa) sobre a padronização dos cortes de carne do suíno.

7. Tecnologia/qualidade/ produtividade/desperdício

Soluções propostas:

- legislação que viabilize e dê velocidade aos convênios que possibilitam trabalhos de parceria entre universidades, centros de pesquisa, serviços de extensão rural, cooperativas e agroindústrias;
- a geração de tecnologia deve ser dinamizada, incluindo os projetos estratégicos de longo prazo e aqueles mais voltados aos sistemas atuais de produção;
- facilitar a importação de equipamentos que gerem maior eficiência e produtividade.

8. Organização e extensão rural

Soluções propostas:

- Reestruturar e redefinir o papel da extensão rural oficial;
- Promover maior aproximação da pesquisa, da agroindústria, do sistema cooperativo e das universidades, trabalhando em parceria.

9. Capacitação/qualificação/ emprego/renda:

- fortalecer convênios (público x privado) para programas de qualificação/capacitação;
- revisão da atual legislação trabalhista voltada para o meio rural;
- incrementar cursos profissionalizantes.

10. Mercosul:

- criar mecanismos para evitar que barreiras sanitárias substituam as barreiras tarifárias;
- padrão de normas técnicas para produtos agrícolas deverá ser tratado dentro do grupo 8 (agricultura) para permitir maior participação de toda cadeia envolvida.

FÓRUM DA CADEIA PRODUTIVA CARNE-COURO-CALÇADOS

A união como modelo

A formação e a consolidação do Fórum Permanente da Cadeia Produtiva Carne-Couro-Calçados permitem antever a força e sinergia superiores que a simples junção dos vários elos de uma corrente torna possíveis.

Da criatividade e flexibilidade da empresa individual ao ganho de escala no regime associativo, esse modelo foi agora suplantado pela coesão de todas entidades da cadeia produtiva carne-couro-calçados.

Cadeia responsável pelo maior índice de ocupação de mão-de-obra e geração de empregos, guarda ainda todo o potencial de crescimento no volume de negócios, especialmente no plano internacional, considerando-se a evolução tecnológica com baixos investimentos em cada um dos setores da cadeia produtiva.

Objetivos:

- fomentar o aumento do volume de exportações, com produtos de maior valor agregado, gerando maior número de divisas para o país;
- sustentar o desenvolvimento da mão-de-obra aplicada à cadeia produtiva, assim como a geração de novos empregos através do fortalecimento e profissionalização dos setores envolvidos;
- consolidar a formação do Fórum da Cadeia Produtiva Carne-Couro-Calçados em caráter permanente, agregando as entidades representativas dos setores de comercialização;
- desenvolver estratégias e diretrizes de ações na busca de maior competitividade de toda a cadeia e seus segmentos diretos e indiretos;
- promover ações para maior qualificação das matérias-primas e sua maior valorização.

Estratégias potenciais:

- consolidar os planejamentos estratégicos das entidades num único documento, formalizando o plano estratégico da cadeia produtiva;
- potencializar a atividade de exportação, especialmente dos produtos com maior valor agregado, através de promoções conjuntas da cadeia produtiva, incentivos tarifários e alfandegários e fortalecimento da marca *made in Brazil*;
- subsidiar o governo brasileiro nas negociações políticas de relações exteriores, eliminando barreiras, tarifárias ou não, praticadas por países contra produtos brasileiros e equalizando procedimentos no Mercosul;
- na hipótese de que as medidas não provoquem o efeito esperado, será pleiteada a taxação sobre os embarques de couro salgado e *wet blue* como forma de ajustar os desequilíbrios tarifários vigentes no mercado internacional;
- criação de um Fundo de Promoção Comercial, de administração mista, através da arrecadação de percentual sobre o valor das exportações, onde os resultados serão revertidos na promoção comercial dos parceiros.

Reunião

Expressiva participação de diversos empresários e presidentes das entidades de cada um dos setores da cadeia produtiva carne-couro-calçados, entre os quais:

- Abicalçados – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados;
- Abicouro – Associação Brasileira das Indústrias do Couro;
- Abif – Associação Brasileira da Indústria Frigorífica;
- CICB – Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil;
- CNPC – Conselho Nacional da Pecuária de Corte;
- Sindifranca – Sindicato da Indústria de Calçados de Franca.

O fórum, realizado em 22 de novembro de 1996 em São Paulo, foi presidido por João Carlos Meirelles, presidente do CNPC, e desenvolveu-se em clima franco e profissional, possibilitando a mais ampla discussão dos pontos convergentes e divergentes nas diretrizes e objetivos de cada entidade. A coesão conseguida permitiu colaboração mútua entre os setores e prioridade para os interesses globais, através de um consenso nas estratégias e ações previstas para toda a cadeia produtiva.

O Fórum foi instalado em caráter permanente, determinando mecanismos de manutenção e solução de continuidade para a operação, com pauta, agenda e metas definidas para os próximos encontros.